

PERMANÊNCIA E EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DE TÉCNICOS EM SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID-19

*Vocational high school persistence and dropout: a school health
experience during Covid-19 pandemic*

PEREIRA, Ingrid D'avilla Freire¹

BILIO, Rafael de Lima²

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de³

RESUMO

O artigo tem como objeto de análise a permanência e a evasão de estudantes em uma escola pública de educação de técnicos em saúde, na modalidade integrada ao ensino médio, na cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19 (2019-2021). A partir do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético e por meio de estudo de caso quanti-qualitativo sobre a evasão nos cursos da referida escola, propõe a reflexão sobre a dinâmica sócio-histórica e cultural que aponta maiores índices de evasão para os filhos da classe trabalhadora, pobres e periféricos, bem como os desafios para a inclusão e permanência desses estudantes. Os resultados são indicativos de que o fortalecimento da gestão democrática da escola, especialmente, pela oportunidade de monitoramento de faltas; reuniões com docentes e conselhos de classe com a participação ativa do grêmio escolar aprimoram estratégias de ampliação das possibilidades de continuidade do fluxo escolar. Embora o contexto de precariedade nas condições de vida dos estudantes indique maior potencial de evasão, a possibilidade de adotar estratégias que incluam garantia do acesso à internet e equipamentos eletrônicos, apoio financeiro, alimentação escolar e assistência psicossocial e pedagógica aos estudantes são fundamentais para ampliação da permanência. Todas estas ações demandam um ambiente institucional que enfatize a radicalidade do direito à educação pública em contextos de crise e emergências como vivenciado, o que pode inspirar outras iniciativas de educação pública ao redor do país.

Palavras-chave: Evasão escolar. Ensino médio integrado. Educação profissional.

1 Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2007), Mestrado (2013) e Doutorado (2017) em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). E-mail: ingrid.davilla@fiocruz.br

2 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (2006), Mestrado em Educação (2010) e doutorado (2017) em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). E-mail: rafael.bilio@fiocruz.br

3 Possui graduação Letra/ Português-Espanhol pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, bacharelado (2012) e licenciatura (2013), Mestrado (2015) e Doutorado (2018) em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). E-mail: jonathan.moura@fiocruz.br

ABSTRACT

This article presents a case study of a public educational institution in the city of Rio de Janeiro, focused on explaining the strategies and the results of the student retention policy in a vocational high school. To this end, it is aimed at understanding the socio-historical-cultural dynamics involved in the formation of the working class during the pandemic period, according to the theoretical and methodological framework of historical-dialectical materialism and quantitative and qualitative study on dropout in courses of the mentioned school. Its main results suggest that the strengthening of the school's democratic management, especially with regard to: firstly, the possibility for obtaining accurate information from the academic management system concerning absence monitoring; secondly, meetings with teachers and class councils with active participation of the students' council. Such actions proved to be of great relevance so as to decrease dropout rate and to boost students' retention. Although the precarious living conditions of students indicate greater potential for dropout, the possibility of adopting strategies that include guaranteed access to the internet and electronic equipment, financial support, school meal programme as well as psychosocial and pedagogical assistance to students are of paramount importance in order to foster students' retention. In fact, all these actions demand an institutional environment that not only emphasizes the radicality of the right to public education in contexts of crisis and emergencies, but also encourages other public educational initiatives around the country.

Keywords: Student dropout. Vocational high school. Vocational education.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus atravessou, com requintes de dramaticidade catastrófica, um cenário de devastação já instalado – ainda que, para uma compreensão superficial do problema, estivéssemos vivendo o marco zero de uma retração econômica de causalidade exógena às leis de funcionamento do sistema do capital (SILVA; DANTAS, 2020, p.20).

A pandemia de Covid-19 teve como um de seus graves efeitos a intensificação da precariedade da educação brasileira, o que se evidencia pela ampliação das tendências já elevadas de evasão e do abandono escolares, sobretudo no ensino médio, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022a). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) indica que a Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo. A suspensão das aulas presenciais, independentemente de sua substituição por estratégias de aprendizagem virtuais, repercutiu não somente na aprendizagem dos estudantes durante esse período, mas também em suas trajetórias futuras, demandando investimentos em infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias, carreira dos docentes, alimentação escolar, dentre outros (UNESCO, 2020).

Em 2019, cerca de 1,1 milhão crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estava fora das escolas no Brasil, especialmente, crianças de 4 e 5 anos e adolescentes de 15 a 17 anos. O fenômeno de exclusão escolar afeta principalmente pretas(os), pardas(os) e indígenas. Proporcionalmente, a exclusão afetava mais as regiões Norte e Centro-Oeste. E, de cada 10 (dez) crianças e adolescentes fora da escola, 6 (seis) viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo (UNICEF, 2022, p. 5).

O Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 2014, tinha como uma de suas metas, a elevação da taxa de matrículas do ensino médio para 85% até 2024. Longe de alcançar a meta, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 2019, indicam que 36,5% dos brasileiros com 19 anos não concluíram o ensino médio em 2018, idade considerada ideal para esta etapa de ensino. Embora o número de pessoas de 25 anos ou mais com ensino médio completo tenha crescido no país – passando de 45,0% em 2016 para 47,4% em 2018 e 48,8% em 2019 – mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram o ensino médio (IBGE, 2019).

A síntese do Censo Escolar do ano de 2021 (INEP, 2022a) não apresenta dados mais específicos sobre evasão e abandono escolar, porém, uma de suas expressões é manifestada pela taxa de distorção idade-série, que passa a apresentar elevação a partir do 2º ano do ensino fundamental até o 8º ano e entre a 1ª e a 2ª séries do ensino médio. A distorção idade-série alcança 21,0% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental, chegando a 25,3% das matrículas do ensino médio. Cabe destacar que a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino (em todas as etapas de ensino).

Os dados deste Censo revelam também uma elevação na taxa de aprovados para todas as etapas de ensino entre 2019 e 2020. Tal dinâmica de elevação foi influenciada pela adoção de ajustes no planejamento curricular das escolas perante a pandemia de Covid-19. Recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais pautaram a readequação dos calendários, expansão da modalidade de ensino remoto e a revisão dos critérios adotados nos processos de avaliação para evitar o aumento da reprovação e do abandono escolar no contexto da pandemia.

Por outro lado, o panorama agudizado pela pandemia confirmou a permanência das desigualdades socioeconômicas, raciais e regionais no processo de negação do acesso à escolarização formal como parte da caracterização da educação brasileira. Concretizam, na prática, a ideia de “cristalização da discriminação” (JESUS, 2018), ainda que existam pontos de inflexão, como em 2002, por exemplo, quando se registrou, pela primeira vez, desde que a PNAD passou a coletar o quesito cor/raça, diferença entre as taxas de escolaridade de negros e brancos abaixo de dois anos e, também como expressão mais recente, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a adoção de políticas afirmativas. Olhar para os pontos de retrocesso ou inflexão no futuro exigirá, ainda, o exame das desigualdades intensificadas pela pandemia de Covid-19.

Nessa direção, o artigo tem como objetivo sistematizar e refletir acerca da permanência e evasão escolares entre os jovens do ensino médio integrado da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,⁴ unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no período de 2019-2021.

4 A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), criada em julho de 1985, tem como missão a promoção da Educação Profissional em Saúde, prioritariamente em âmbito nacional, através da coordenação e implementação de programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde, da elaboração de projetos de política, regulamentação, currículos, cursos, metodologias e tecnologias educacionais e da produção e divulgação de conhecimento nas áreas de trabalho, educação e saúde.

A partir da análise desta experiência, será possível compreender possibilidades e limites do ensino médio integrado para permanência dos jovens, estabelecendo as determinações da evasão escolar e pressupostos da formulação de políticas de permanência, sobretudo, para a rede federal de ensino.

DETERMINAÇÕES DA EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

No Brasil, apesar de não existir nos documentos oficiais do Ministério da Educação, a definição precisa dos conceitos de evasão e abandono, partiremos das definições do Censo Escolar do INEP para avaliarmos a dinâmica das questões relacionadas à evasão e ao abandono escolar. No Censo, o “Movimento escolar” corresponde à mudança do vínculo escolar do aluno depois da data de referência do Censo Escolar 2022 (25/05) e antes do término do ano letivo” (INEP, 2022, p.11). O vínculo escolar característico desta dinâmica pode apresentar as situações: 1) Transferido; 2) Deixou de frequentar; 3) Falecido.

Analisamos, desse modo, a situação característica da opção 2: “deixou de frequentar”: quando o aluno abandonou a escola antes do término do ano letivo, sem requerer formalmente a transferência para outra instituição de ensino (INEP, 2022b). Com essa análise, damos luz ao fenômeno da evasão considerando os dados dos alunos que deixaram de frequentar a escola e excluimos possíveis transferências entre instituições.

“Deixar de frequentar” é uma síntese de múltiplas determinações, indissociável de fatores internos e externos às instituições escolares. Evidencia processos de evasão e abandono como expressões da falta de alcance dos objetivos do processo educacional, com limitações cada vez mais evidentes para a materialização do direito à educação pública, e, por consequência, ao trabalho digno. São resultados de uma cadeia de determinações que estabelece, na impermanência da trajetória escolar, as marcas de condições de vida racistas e discriminatórias nas diferentes experiências de crianças e jovens em escolas brasileiras.

Embora a dinâmica social seja fundamental para compreender a magnitude destes problemas, na literatura brasileira há predominância de artigos que relacionam de forma indiscriminada à evasão e à repetência como fatores de fracasso escolar. Com isso, a compreensão sobre a evasão perde potência analítica, especialmente, na identificação de suas causas (DORE; LÜSCHER, 2011).

A leitura da evasão escolar, exclusivamente, como processo de desengajamento da escola como resultado de fatores individuais e familiares, costuma atribuir à tríade escola-família-comunidade a responsabilidade pelos recursos que podem ou não podem oferecer para a continuidade dos fluxos escolares (RUMBERGER, 2006).

Ainda que existam diferentes teorias sobre a evasão, a maior parte delas afirma a existência de dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar (DORE; LÜSCHER, 2011, p.776).

Embora os desafios da evasão no ensino médio sejam amplamente reconhecidos no Brasil (AZEVEDO, 2006), no caso do ensino médio integrado, ainda persiste como lacuna a sistematização de dados e a avaliação de como esta evasão escolar

ocorre, especialmente, no contexto de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica⁵ (BRASIL, 2014).

O lugar do ensino médio integrado na legislação e nas políticas educacionais passa por uma disputa histórica, fortemente marcada pela experiência da dualidade estrutural e educacional explicitadas pela LDB nº 5.692/71 e Decreto nº 2.208/97.

A dissociação da educação profissional da educação básica explicitada pelo Decreto nº 2.208/97 e combinada aos fantasmas da educação profissional compulsória da LDB nº 5.692/71, que foi implementada para classe trabalhadora na formação para o trabalho simples acumulam marcas trágicas para a luta pela universalização do ensino médio integrado e sua implementação como projeto nacional. Com as lutas decorrentes do Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/97, e a possibilidade histórico-cultural de implementação do ensino médio integrado, que traz avanços nas perspectivas de educação politécnica no contexto brasileiro. Entretanto, Frigotto, Ciavata e Ramos (2012, p. 45) alertam para um aspecto contraditório da implementação do ensino médio integrado à educação profissional no Decreto Federal nº 5.154/2004, que é a modificação da estrutura do Ministério da Educação, que separou, “de um lado, a Secretaria de Educação Básica e, de outro, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica”, ambas com responsabilidade sobre o ensino médio. Tal fato explicita contradições e obstáculos para oferta do ensino médio integrado resultando em uma oferta parcial e incipiente, conforme os dados do Censo Escolar do INEP do ano de 2020, apresentados a seguir.

Em 2020, foram registradas 7,6 milhões de matrículas no ensino médio, mas o total de matrículas “apresentou uma tendência de queda observada nos últimos anos (queda de 8,2% de 2016 a 2019)”. A matrícula integrada à educação profissional cresceu 29,5% nos últimos cinco anos, passando de 531.843, em 2016, para 688.689, em 2020” (INEP, 2021, p. 26). Assim, a oferta de ensino médio integrado comparada ao ensino médio propedêutico é próxima de 10%.

O fomento ao ensino médio integrado tem como fundamento a emancipação dos sujeitos, com a possibilidade de, em maior proporção, garantir, pelo acesso à educação politécnica, a redução de marcas como a dualidade educacional que tem, no modelo clássico de separação entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, subsídio à reprodução da divisão das classes sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Hoje mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, necessitam também – hoje mais do que nunca – de uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma verdadeira consciência da práxis (VÁZQUEZ, 2007, p. 57).

5 A expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede têm proporcionado, desde 2006, a ampliação física e a democratização da educação profissional e tecnológica para jovens e adultos.

Este trabalho caracteriza-se por um estudo de cunho quanti-qualitativo. A pesquisa visou identificar as informações da evasão no período de 2019 a 2021 nos cursos de ensino médio integrado da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. A escolha temporal se justifica, por um lado, pela inserção de uma nova habilitação técnica (Biotecnologia) em 2017 na EPSJV, com conclusão da primeira turma do curso no ano de 2021, bem como pela necessidade de consolidar e contribuir com as análises sobre a evasão e a permanência estudantil no contexto da pandemia de Covid-19. O período é caracterizado, portanto, como de inovações relevantes para o cotidiano e futuro da instituição pela incorporação de um novo curso.

A respeito da pandemia de Covid-19, deve-se considerar que foram desenvolvidas estratégias de ensino e de apoio à permanência escolar em um contexto emergencial. Dentre as ações educacionais, destacam-se as seguintes fases: 1) de março a agosto de 2020, com disponibilização de atividades suplementares (14 ciclos de atividades disciplinares e não obrigatórias), ações de comunicação e divulgação científica; 2) de junho a julho de 2020: planejamento da Educação Politécnica Remota e Emergencial, com priorização da inclusão digital universal (*tablets* e *chips* com internet), planejamento de atividades síncronas e assíncronas; elaboração de plano de biossegurança para o retorno presencial à instituição; 3) de setembro a novembro de 2020: implementação das atividades remotas com atividades síncronas e assíncronas; 4) primeiro semestre de 2021: permissão para atuação presencial para docentes e estudantes das séries finais na instituição; 5) segundo semestre de 2021: retorno presencial, inicialmente de forma gradual nas diferentes séries (atividades híbridas). O retorno pleno às atividades presenciais ocorreu em novembro de 2021.

Para desenvolver a análise dos dados da evasão escolar, foram extraídos relatórios da Plataforma de Sistemas Integrados de Gestão Acadêmica (SIGA-Fiocruz) e análise dos requerimentos de trancamento e desistência arquivados pela secretaria acadêmica. Para detalhamento das ações adotadas pela instituição, foram sistematizadas relatorias de reuniões e relatórios de gestão da unidade educacional.

Com base nesse contexto, o primeiro passo do percurso da pesquisa consistiu-se de revisão de literatura sobre o tema da evasão e dos efeitos da pandemia na educação. Para tanto, apoia-se no conceito de práxis, tal qual formulado por Sánchez Vázquez: atividade prática que faz e refaz o trabalho e que faz deste trabalho processo criador. Partimos da compreensão de que o caso, e mesmo a sua temática específica - a evasão escolar - são analisadores das políticas educacionais e, por consequência, das desigualdades que produz.

Martins e Lavoura (2018) afirmam que o materialismo histórico-dialético como método para pesquisas no campo da educação tem, como principal contribuição, a premissa de que há relação entre a dimensão ontológica e a dimensão epistemológica da realidade. Como método, propõe a análise destas dimensões como fundamento de diferentes pesquisas, empíricas e teóricas.

Assim, a aparência fenomênica da realidade [...] “é o ponto de partida do processo do conhecimento [...], partindo da aparência, alcançar a essência do objeto de estudo, capturar sua lógica interna de funcionamento que corresponde à estrutura e à dinâmica essencial”. O materialismo propõe, portanto, que para compreender o objeto investigado é fundamental analisar suas formas de existência (ontológicas e históricas), mas também “as determinações do objeto” (p. 226).

Ocorre que esse conjunto de determinações do objeto não se revela na imediatez factual do mesmo. É preciso extrair do objeto as suas determinações, pois são constitutivas dele e somente podem ser alcançadas e reproduzidas em pensamento por meio do processo de abstração analítica do investigador, que tem como instrumentos para tanto as categorias de análise e os conceitos nelas consubstanciados (MARTINS e LAVOURA, 2018, p. 226).

A noção de determinação tem como base filosófica o materialismo histórico, método de conhecimento da realidade concreta, que busca a compreensão de fenômenos do real como prática social que possuem uma estrutura e dinâmica de funcionamento que podem ser apreendidas pela consciência humana por meio de investigação científica (MARTINS e LAVOURA, 2018).

A EXPERIÊNCIA DA EPSJV NA FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

A educação profissional técnica de nível médio na EPSJV tem por finalidade formar trabalhadores técnicos em saúde para atuarem nos diferentes processos de trabalho em saúde, ciência e tecnologia. Nas três habilitações integradas ao Ensino Médio (Biotecnologia, Gerência em Saúde, Análises Clínicas), a EPSJV há, anualmente, cerca de 384 estudantes, o que corresponde a 32 matrículas por série em cada habilitação técnica que tem duração de 4 anos.

A seleção para o curso técnico de nível médio em saúde que possui estas três habilitações já passou por várias modalidades, e, atualmente, obedece a reserva de vagas tal como prevista pelas Leis nº 12.711/2012 e nº 13.409/2016, disponibilizando 50% (cinquenta por cento) do total de vagas efetivamente ofertadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental (1º ao 9º ano) em escola da rede pública (municipal, estadual ou federal). Além da reserva de cotas, o ingresso dos estudantes se dava, até 2019, por meio de prova de múltipla escolha de Língua Portuguesa e Matemática. Os candidatos que acertavam, no mínimo, 50% de cada uma das áreas de conhecimento eram considerados aptos para a participação no sorteio público. A partir de 2020, o ingresso vem se dando, exclusivamente, por meio de sorteio público.

As mudanças nos processos seletivos têm ampliado o acesso dos estudantes pobres, negros e periféricos na instituição. Como expressão das mudanças citadas, a maior parte dos ingressantes de 2022 se autodeclarou como pardo e preto (raça/cor negra), com percentual de, aproximadamente, 58%. Em relação à idade, a média dos ingressantes é de 15 anos. Entre os novos estudantes da EPSJV, 66% são oriundos de escolas públicas e a maior parte (72%) se identifica com o gênero feminino. Sobre a faixa de renda, cerca de 25% dos estudantes responderam que a soma de todos os rendimentos das pessoas que residem nos seus domicílios é de até dois salários-mínimos, e 45,8% deles não têm nenhum rendimento extra como bolsa família ou pensão. Sobre acesso à internet, 51% dizem ter internet e computador em casa, entretanto, 59,1% precisam imprimir documentos ou trabalhos em *lan houses* ou copiadoras. (EPSJV, 2022).

Não há dados sistematizados que permitam a comparação do panorama atual com anos anteriores, porém, pela adoção do sorteio público como método de ingresso, o contexto atual da instituição demonstra ampliação do acesso dos estudantes das classes populares à escola, de modo que se torna essencial assegurar práticas e

ações de inclusão, pertencimento e permanência, que vão desde medidas universais à oferta de estratégias focalizadas para promoção da equidade entre os estudantes.

A respeito da dinâmica do número de alunos que “*deixaram de frequentar*” com ou sem formalização do abandono, tivemos na EPSJV, no ano de 2019, o total de 15 alunos que evadiram (3,9%). Em 2020, esse número passa para 11 (2,8%). Em 2021 passamos para 9 alunos (2,3%). Precisamos lembrar que esses dados não incluem os trancamentos que são revertidos no retorno do aluno no ano seguinte, ou, transferências para outras instituições. Entretanto, para ilustrar os dados que se referem à transferência para outras unidades de ensino, em 2019 tivemos 3 alunos, em 2020 tivemos 1 aluno, em 2021 novamente tivemos 3 alunos, percentuais sempre abaixo de 1%. Essa passagem para outras unidades de ensino, em sua maioria ocorre sem a transferência entre as instituições, porque há, por vezes, outros processos seletivos para entrada no ensino médio. Quanto aos trancamentos, tivemos 1 em 2019 que retornou para escola no início do ano seguinte e um segundo em 2020 que não tivemos retorno, que passou a ser tratado como em “Deixou de frequentar” no ano de 2021.

Com a consolidação das estratégias de ampliação da permanência escolar no contexto da pandemia de Covid-19, entre o final do ano de 2020 e início do ano de 2021, obtivemos uma evasão de 10 estudantes (2,6% do total de estudantes). Observa-se que a redução foi superior a 30%, quando comparamos o ano anterior ao da pandemia (2019), refletindo esforços do projeto de construção da permanência escolar como uma meta possível, mas que exige ações estratégicas e orçamentárias. Um efeito oposto ao esperado pelo contexto de emergência sanitária.

É importante mencionar que não estão computados nesta análise os estudantes que, ainda no início do período letivo do primeiro ano optam por sair da escola e podem ser substituídos por chamadas suplementares previstas no edital do processo seletivo.

A seguir, descreveremos as causas mencionadas para a evasão e as ações adotadas pela EPSJV que permitiram a redução da evasão escolar no período analisado (2019-2021).

As maiores causas para *deixarem de frequentar a escola* apontadas pelos alunos no requerimento são, em ordem de relevância com que aparecem nos formulários:

- 1) Não conseguiram se adaptar. Aqui estão contempladas algumas indicações: condições socioeconômicas, o tempo integral de formação (manhã e tarde), duração do curso (4 anos), longos períodos de deslocamento⁶ e precariedade do transporte público, problemas com conflitos armados e segurança pública do entorno;
- 2) Mudança de cidade/país;
- 3) Interesse na área militar;
- 4) Tratamentos de saúde;
- 5) Intenção de mudança nos rumos profissionais;
- 6) Abandono sem mencionar justificativas.

A constituição de um ambiente escolar seguro e promotor do direito à educação pública e à saúde exigiu da EPSJV a organização de intervenções que tiveram como

⁶ A EPSJV fica localizada no campus Manguinhos da Fiocruz (município do Rio de Janeiro) e possui estudantes de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

pressupostos: ampliação dos canais de diálogo e escuta da comunidade escolar, com ênfase na identificação em tempo oportuno das dificuldades educacionais observadas no período, sobretudo, pelos limites dessa experiência do ensino remoto emergencial para os estudantes em seus diferentes contextos de vida; realização de levantamentos e construção de banco de dados para tomada de decisões na gestão; e gestão compartilhada do ensino: planejamento gradual e coletivo com os docentes sobre todas as etapas que envolveram a suspensão das aulas presenciais, bem como, seu retorno. A partir destes princípios, as principais estratégias de ampliação da permanência escolar no contexto da pandemia de Covid-19 foram:

- a) Garantia de acesso igualitário ao ensino remoto emergencial: constituição de um programa de inclusão digital na Fiocruz que permitiu o empréstimo dos equipamentos e pacote de dados de internet para todos os estudantes do ensino médio integrado, educação de jovens e adultos, bem como cursos técnicos subsequentes e cursos de qualificação e atualização profissional.
- b) Adoção de estratégias de inclusão socioeconômica para permanência dos estudantes em seus domicílios (kits de alimentação de abril de 2020 a outubro de 2021 em substituição à alimentação escolar, conforme a Resolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nº 02, de 09 de abril de 2020); busca ativa para captação de estudantes em situação de precariedade econômica e com necessidade de bolsas de demanda social; continuidade do pagamento das bolsas de iniciação científica.
- c) Readequação do planejamento pedagógico: realização contínua de inquéritos para levantamento das condições socioeconômicas e sanitárias dos estudantes por meio de formulários de preenchimento online; realização de reuniões contínuas com os docentes de forma ampliada e aberta, sem restrições à participação; ampliação dos recursos comunicacionais: atualização contínua do site e fortalecimento de diferentes listas de *WhatsApp* (trabalhadores, estudantes, pais e responsáveis) para informes contínuos sobre a rotina da instituição; planejamento do Ensino Remoto Emergencial e do retorno presencial em fases graduais e previamente planejadas.
- d) Atendimento individualizado para estudantes e familiares com ênfase em: identificação, monitoramento de casos potenciais de evasão e, busca ativa de alunos com número de faltas elevadas e com trancamento.

Merece destaque, no conjunto das ações, a busca ativa dos estudantes, realizada por meio de: orientação aos estudantes e pais/responsáveis para a reorganização da rotina de estudos durante o ensino remoto emergencial; reuniões com discentes e responsáveis por meio de contato telefônico, videochamada, aplicativo de mensagens e presencialmente, com vistas à identificação e acompanhamento de dificuldades no processo de aprendizagem; acompanhamento às situações de cancelamento e trancamento de matrícula; acompanhamento das questões emanadas dos Conselhos de Classe a fim de contribuir para a avaliação global dos discentes; acompanhamento pedagógico aos estudantes da EPSJV em aula presencial com suspeita ou confirmação do diagnóstico do “Poli Monitora COVID-19” – estratégia de rastreio e monitoramento de casos suspeitos ou confirmados na instituição; e, acompanhamento pedagógico aos discentes com deficiências durante o ensino remoto emergencial com vistas a identificar as necessidades de aprendizagem.

Embora algumas das ações mencionadas acima estivessem presentes no cotidiano da instituição e referenciadas por seus princípios pedagógicos, por ocasião da pandemia de Covid-19, virtualização das atividades de ensino e, posterior, retorno gradual às atividades de forma presencial, novas ações foram planejadas e intensificadas, constituindo metodologia de trabalho que pôde favorecer a continuidade dos vínculos entre a escola e os estudantes.

A partir desta experiência fica evidente que as mediações entre as condições gerais determinam as possibilidades de os estudantes desenvolverem plenamente ou não a sua escolaridade e podem ser atenuadas por ações institucionais de apoio à permanência estudantil. A ausência de estratégias e políticas de permanência amplia a dualidade estrutural que marca as políticas educacionais no Brasil, pois,

no caso da educação brasileira, as condições de acesso e de permanência do estudante na escola e, particularmente, na escola técnica, são definidas em grande medida pela política educacional voltada a essa modalidade de ensino e a sua relação com o ensino de nível médio. A dualidade de objetivos e de organização é reconhecida como a marca distintiva da escola média no Brasil, desde os anos de 1930 até hoje: de um lado, formação geral, tendo em vista a continuidade de estudos no nível superior; de outro, formação profissional, com foco mais imediato no mercado de trabalho (DORE E LÜSCHER, 2011, p.778).

Sendo objetivo da formação omnilateral “superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2005, p. 85), a permanência estudantil pode ampliar as possibilidades de superação de desigualdades educacionais, tanto pelo marcador da origem social e racial, como pela perspectiva societária da politecnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das condições para a permanência ou não de estudantes no ensino médio integrado lida com a escassez de informações, o que dificulta a criação e a comparabilidade de indicadores que permitam a compreensão do problema e de suas determinações em contextos locais, estaduais e regionais.

A leitura contextualizada sobre as determinações da evasão escolar tem como principal objetivo contribuir para a adoção de medidas pedagógicas e institucionais, visando reduzi-las. Para este esforço é fundamental a realização de outras pesquisas e estudos, com base conceitual e experiências desenvolvidas em instituições de ensino públicas, especialmente, nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional.

A EPSJV/Fiocruz tem a missão de formar trabalhadores técnicos em saúde, de tal modo que a constituição de um aparato institucional para reduzir a evasão e o abandono escolar são parte das soluções que a Fiocruz vem constituindo para responder às demandas sanitárias e sociais decorrentes da pandemia de Covid-19.

Merece atenção o fortalecimento da gestão democrática da escola no período, especialmente pela oportunidade de: obtenção de informações precisas do sistema de gestão acadêmica com monitoramento das faltas, evasão e comunicação com o conselho tutelar quando houver necessidade; conselhos de classe realizados trimestralmente com a análise das ações educacionais desenvolvidas e indicação de estudantes em risco de reprovação, desistências e abandonos; e, reuniões com a participação ativa do grêmio escolar.

As ações adotadas, em caráter experimental e em uma instituição pública que também enfrenta restrições orçamentárias, demonstram que o combate à evasão escolar está intimamente relacionado à possibilidade de adotar políticas públicas educacionais que incluam condições de acesso à internet, ampliação das estratégias de acompanhamento e apoio psicossocial e pedagógico aos estudantes, de modo que seja possível realizar intervenções mais consistentes para a superação da evasão e ampliação da permanência escolar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. V. M. de. Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na Escola Municipal “Espedito Alves”. **FAL-Rio Grande do Norte**, Angicos, v.2, n.13, pp. 31-38, mai, 2006. Acesso em: 21 jul. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: 2014. MEC. 52 p. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Rio de Janeiro, 2019**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2020.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

EPSJV lança painel com Perfil Socioeconômico dos estudantes do Ensino Médio. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2022. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/epsjv-lanca-painel-com-perfil-socioeconomico-dos-estudantes-do-ensino>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020** : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf . Acesso: 26 de agosto de 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico censo escolar da educação básica 2021**. Brasília: MEC, 2022a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf . Acesso em: 26 de agosto de 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cartilha do módulo situação do aluno 2022 conceitos e orientações**. Brasília- MEC, 2022b. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2022/Cartilha_Modulo_Situacao_do_Aluno_2022__Conceitos_e_Orientacoes_FINAL.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2023.

JESUS, R.E. De mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista [online]**. 2018, v. 34 [Acessado 25 Abril 2022] , e167901. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>. Epub 18 Jan 2018. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, set-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/#> . Acesso em: 25 de abril de 2022.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

RUMBERGER, R. W. Why students drop out of school. In G. Orfield (Ed.), *Dropouts in America: Confronting the graduation rate crisis* (2006). **Cambridge**: Harvard Education Press, 2006, p.131-155.

VÁZQUEZ, A. S.. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e pandemia**: quando a exceção é regra geral. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. 245 p.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 4 de junho de 2020.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

Data da submissão: 13/12/2022

Data da aprovação: 12/05/2023